

Peço desculpa pela intromissão na vossa caixa de email. Quero fazer registo daquilo que não tem ficado no registo do departamento, e espero que, deste modo, possa ficar registado.

Estou profissionalmente disponível, como sempre estive e tenho de estar, para cumprir as minhas tarefas no departamento. O mesmo não se pode dizer do departamento. Por exemplo, quando reconhece que não estou integrado nas actividades normais, tal resultado não me pode ser imputado. Mas, aparentemente, é isso que acontece. Como se esta situação decorresse de alguma condescendência para comigo.

Não aceito que a história seja contada às avessas, pelo menos na minha presença e com o meu conhecimento.

Se tiveram paciência para ler uma brevíssima explicação, leiam o que se segue:

Coincidiram várias ocorrências que me proporcionaram um olhar mais objectivo sobre o que é a sociologia e quero partilhá-lo convosco.

Dei por terminado e extrai conclusões de um processo de investigação escrito num blog <http://sociologia.hypotheses.org/>, dando suporte à necessidade de uma escola para além das ciências sociais <https://documentationcentersbss.wordpress.com/>;

Realizaram-se as provas de mestrado de Amílcar Morais, um professor e activista da Surdididade ou cultura Surda;

Falhou um processo do departamento de sociologia para encontrar trabalho de contacto com estudantes para mim;

Comemorou-se os 45 anos do 25 de Abril;

Estou a sentir-me envelhecer a grande velocidade, apesar de estar feliz e com vontade de começar de novo.

Começando pelas interacções no departamento que me levaram a pensar escrever para registo. Faz anos, quando houve a mudança para a centralização da gestão do ISCTE, o departamento decidiu não aceitar a continuidade do meu trabalho de direcção de mestrados (cuja avaliação nunca conheci, cuja multidisciplinaridade nunca foi replicada, apesar de ser esse um velho mote do ISCTE, e cujo valor (e dificuldades) revejo actualmente em iniciativas que se instalaram no mesmo campo noutras faculdades – trauma, risco, desastres, emergências). Desde então, além de nunca ter sido informado da avaliação substantiva feita do meu trabalho – como imagino que não aconteceu com nenhum de vós – nunca as horas normais de serviço de contacto com estudantes foram ocupadas.

Entendi isso como um reconhecimento da dificuldade em enquadrar o meu trabalho nos interesses dominantes na escola. Como me disseram alguns estudantes, a sociologia que eu faço não é a “sociologia do ISCTE”. Tenho pedido aos sucessivos directores de departamento que me arranjem trabalho de aulas: lá me “deram” sociologia da violência e, mais recentemente, sociologia da instabilidade. Tenho muito gosto em usar essas aulas para acompanhar a minha investigação, testá-la e divulgá-la junto dos alunos.

Compreendo a rigidez e a dificuldade de me “darem” horas. Além de falta de encaixe nas perspectivas que se querem ver vincar no ISCTE, há a especialização de investigação (quem quer saber da sociologia das prisões? E como se pode oferecer tal especialidade “dada” por mim, sem enfurecer o ministério da justiça?). Há também a especialização docente. Contra

minha vontade, fiquei mais tempo do que aquele que queria ficar a leccionar Métodos e Técnicas, na licenciatura. Fui muito bem recebido e fui estimado pela equipe docente, mas o meu projecto docente era para andar a cirandar pelas cadeiras, de modo a poder aprender com elas o que pudesse aprender. Infelizmente, passei cinco anos, talvez, em Teorias I e estacionei em Métodos uma década e meia. Tempo que daria para passar por três cadeiras, em vez de uma. Até que há três anos finalmente o departamento correspondeu à minha velha solicitação: mudei para Teorias II; onde estou muito bem e imagino que lá ficarei até ao fim, que já não demora muito.

Com a actual direcção do departamento não tive a oportunidade de voltar a insistir na explicação de qual é a minha situação profissional. A esperança de ver melhorada a minha posição como doente não existe – “tinha” três cadeiras optativas e as aulas na licenciatura – e foi-me dito que haveria de haver conversas de acompanhamento das equipas docentes e dos docentes. E creio haver, algures nos estatutos do departamento, a finalidade de gestão das carreiras dos docentes. Portanto, quando me foi dito que o acompanhamento ia ser feito, fiquei satisfeito e esperei pela oportunidade. Compreensivelmente essa oportunidade nunca se concretizou. Não há tradição e há um sobrecarregamento burocrático que não facilitam o cumprimento dessas funções.

Infelizmente, para mim, o ano lectivo passado, foi-me “tirada” a sociologia da instabilidade, talvez por que a Geringonça tenha retirado a actualidade ao tema. Agora, no trabalho de preparação do próximo ano, veio o departamento dizer-me que era embaraçosa a carga horária de aulas que eu tinha no primeiro semestre (1h por semana) e que tinha a obrigação de me dar trabalho.

Não aceito esta conversa. Esta história está contada às avessas: se houver quem tenha de se envergonhar pela minha situação não sou eu: é o departamento! Quem tem pedido trabalho de aulas sou eu. Quem me tem negado esse trabalho tem sido o departamento. Certamente pelas melhores razões. Se no departamento corre a versão errada dos factos, quero rectificá-la e pedir para corrigi-la. Acho que este email pode resolver o problema.

Há vários estatutos de distribuição de serviço. Dizem os estatutos, penso eu, que isso é acordado com os docentes, conforme as suas aptidões e o interesse do departamento. Imagino que isso cobre tacitamente aquilo que se tem passado. Na verdade, nenhum acordo liga a minha situação à minha carga horária. Mas se não há acordo é porque não há sequer conhecimento da situação profissional de cada um.

Nunca me chegaram sinais negativos (nem positivos) a não ser os acima referidos, que interpretei como entendi. Nas avaliações tenho ficado posicionado no escalão mais alto. Com que direito o departamento me vem dizer que a minha situação é embaraçosa e que decidi “integrar-me”? Não é tarde? Perguntei.

Mas afinal não era integração que o departamento se propunha fazer. Fiquei a sabê-lo quando no processo de integração na cadeira que me foi indicada, perante as minhas dúvidas sobre a sua orientação pedagógica e as minhas sugestões para a conformar àquilo que me parece melhor, em vez de um debate o que aconteceu foi uma anulação da proposta de vir a dar aulas naquela cadeira.

Não foi propriamente uma surpresa, para mim. As discussões sobre o que é a sociologia e o que são as práticas pedagógicas são quase clandestinas, como o prova a excepção que confirma a regra: o simpósio sobre o ensino das teorias sociológicas, cuja sequência foi nula,

comparada com os diagnósticos produzidos (deixo em anexo o texto sobre o assunto que apresentei ao último congresso da APS). Não é possível tirar consequências de práticas cognitivas sem uma intervenção centralizada, dado o modo de organização e funcionamento em uso. Quando disse que tinha ideias próprias sobre o que seja objecto e método em sociologia, compreensivelmente isso obrigaria a mudanças para que é preciso autorização superior e aumento de trabalho quotidiano.

Se for verdade que há uma vontade de me integrar no departamento, a primeira coisa a fazer é compreender a razão de, no fim da vida útil, estar desintegrado. Imagino que não sou único. Isso pode ajudar a reagir no sentido certo, em vez de em falso sentido.

A segunda coisa fazer é reconhecer o trabalho feito. Donde vir a propósito, no meu caso, o fim do projecto de investigação “Para que serve a sociologia?” que já tem um resumo, tipo conclusão, nos dois últimos posts. Para quem estiver interessado em ler. Lá será fácil, presumo, saber aquilo que posso dar e, também, aquilo que não posso dar. Havendo liberdade de consciência e de ensino, há projectos em que não posso participar, por razões de convicção firmadas em debate (debate comigo mesmo e alguns amigos; pois infelizmente raramente consegui encontrar o debate científico que sempre me disseram e afiançaram que existia no ISCTE).

Numa discussão de mestrado, confrontei-me com a diferença entre aquilo que me parece intolerável para mim e aquilo que parece intolerável para outros colegas, eventualmente representativos da sociologia do ISCTE – vocês dirão melhor do que eu sei. Um aluno surdo explica que há gente que se sente viver como vegetal. Que pelo facto de ser surdo de nascença, perde a oportunidade de exercitar a linguagem e, por isso, o melhor que pode esperar da vida é ser tratado como um deficiente toda a vida: incompetente do ponto de vista mental, por falta de uma língua materna, e socialmente estigmatizado para não culpabilizar os próprios pais e quem deles cuidou e continua a cuidar, sob risco de, em protesto, ser vítima de descuidos, negligência, represálias, dos cuidadores.

Para mim isso foi uma descoberta. Nunca tinha percebido isso. Nunca li sociólogos a falar disso. Mas para a arguição tudo naquele trabalho era mau e negativo. Se bem percebi o argumento, a sociedade, a maioria das pessoas e dos surdos, estariam a ser discriminados pela Surdidade (uma ideologia). O trabalho de mestrado seria uma mera declaração ideológica, sem qualquer valor. Ou seja, trocado por miúdos, a sua apresentação a provas de mestrado nunca deveria ter ocorrido.

A ideia de sociedade, portanto, para efeitos da denúncia de ideologias de identidade, foi usada como martelo repressor daquilo que são os dados empíricos trazidos de forma muito pessoal, mas amadurecida e corajosa, ao conhecimento do ISCTE. Em nome da ciência? Qual ciência?

Faltou dados empíricos e faltava teoria? Trata-se de uma prova de mestrado, em que o testemunho do autor, em si mesmo, é um dado empírico relevante. Se a escola não tem capacidade nem empenho em trabalhar esse diamante em bruto (não me refiro sobretudo ao estudante, mas aos dados empíricos que trouxe) o problema não é do candidato.

Os estudos que fiz permitem-me compreender o que se passa, desta maneira: os colegas habituados ao trabalho das ciências sociais (redução e reificação, como diz Mouzelis) entendem por empiria os dados produzidos formalmente, de preferência estatisticamente, como forma de objectivar (isto é, de se afastarem emocionalmente do objecto). Os dados empíricos vividos e testemunhados pelo investigador, se não forem formalizados

canonicamente, são ideologia ou falsos, mesmo quando são descobertas a partir das quais vale a pena começar uma investigação (será que uma dissertação de mestrado é (pode ser) uma investigação científica?).

Aquilo que poderia ser património do departamento de sociologia do ISCTE é julgado como totalmente negativo, apenas passado por condescendência, em vez de utilizado para criar dinâmicas de inovação e discussão.

Há outros casos de descobertas que tiveram o mesmo tratamento. Das várias tentativas que fui fazendo, aqui e ali, durante a minha passagem pelo departamento, para organizar uma discussão sobre temas e conceitos do meu interesse, levantados e criados por colegas, nenhuma vez foi possível encetar sequer um diálogo, por desinteresse dos colegas em desenvolver as suas próprias descobertas.

Isso não ocorre apenas no nosso departamento. Essa é uma prática banalizada nas universidades europeias. Os colegas têm mais que fazer (artigos para publicação, aulas, serviço administrativo) e as discussões são feitas em circuitos ideologicamente fechados, de que o resultado prático de mais alto nível são as escolas de sociologia marcadas pela rivalidade ideológica. É impossível negar: elas aí estão.

Os estudantes procuram orientadores que deem garantias institucionais de sucesso. A gestão da distribuição da orientações é prova disso.

Nestas circunstâncias, acusar um trabalho de mestrado de ser ideológico só porque não corresponde à ortodoxa revisão bibliográfica, independente do objecto de estudo e das conclusões sobre a análise de dados, além de revelar uma discordância ideológica com o autor, pouco sentido pedagógico e científico terá.

Claro que as provas estão dependentes do acordos institucionais sobre aquilo que é a sociologia do ISCTE. Isso reflecte-se no meu CV de orientações. A questão não é ideológica: é científica. Só por gozo de manifestar poder se pode dizer – e diz-se – que activistas e ideólogos são aqueles que nunca fizeram política na vida e imbuídos de espírito científico são aqueles que fazem carreiras políticas e universitárias ao mesmo tempo.

O uso da ciência e da sociedade como conceitos privatizados, para dar mocada simbólica em quem não está de acordo com as ideologias dominantes, é uma triste realidade. Quando entrei para a universidade imaginei-a como uma discussão permanente, como eu tinha vivido nos anos do 25 de Abril. Logo percebi que assim não era. Pensei que era por Portugal estar muito atrasado que a discussão tinha sido adiada. Hoje tenho outra resposta: a ciência tornou-se paulatinamente, desde os anos 30-40, um instrumento de promoção dos interesses representados nos estados. Pelo que a discussão teórica deve ter limites muito precisos, para que a confluência ideológica possa ser conseguida (como é por demais escandaloso e global no monopólio da teoria neoclássica em economia). Quem pense que a sociologia escapa, enganase. As nossas vidas respondem por isso.